



À SECRETARIA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

Venho respeitosamente diante de vossa senhoria entregar este documento, se trata de uma mera contribuição sem fins lucrativos.

Ao me deparar com dificuldades na legibilidade da “Lei Nº 870/93 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cerqueira César”, documento este, disposto em anexo no site oficial da prefeitura até a presente data (último acesso em 19/11/2025), primeiramente tentei realizar a transcrição do arquivo usando inteligência artificial, mas infelizmente não foi possível, então, eu LUCAS ANDREW MAIA SALAZAR, estudante da faculdade de Letras – Inglês/Português, munícipe e servidor público do município de Cerqueira César, transcrevi fielmente de forma manual usando o Microsoft Word, para contribuir com o acesso de qualidade por parte dos servidores públicos, munícipes cerqueirenses e também para a praticidade de estudos dos futuros concursados de nosso município.

Para uma melhor qualidade deste trabalho, solicito respeitosamente que a secretaria municipal efetue a verificação deste arquivo e também uma correção nas seguintes partes indicadas no quadro a seguir.

Partes que contém palavras inelegíveis:

Pg. 9 – Art.35, §2º	Pg.43 – Art.194
Pg.11 – Art.41, §1º	Pg.44 – Art.199, §2º
Pg.34 – Art.147, §3º	Pg.49 – Art.229
Pg.36 – Art. 162	Total: 7 itens inelegíveis

Cerqueira César – São Paulo, 22 de novembro de 2025

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Lucas Andrew Maia Salazar".



LEI N° 870/1993 – ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

“Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cerqueira César, das Autarquias e das Fundações Municipais e seu Regime Único”.

O senhor – **JOÃO BATISTA DOS SANTOS**, Prefeito Municipal de Cerqueira César, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Cerqueira César, **APROVOU** e ele **SANCIONA** e **PROMULGA** a seguinte lei:

TITULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

Do Regime Jurídico

Art.1º - O regime jurídico único dos servidores públicos do Município de Cerqueira César, bem como o de suas autarquias e das fundações públicas, é o estatutário instituído pela Lei N° 783/91 e regido por esta lei.

Art.2º - Para os efeitos desta Lei, servidores são funcionários legalmente investidos em cargos públicos, de provimento efetivo ou em comissão.

Art.3º - Cargo Público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previsto na estrutura organizacional que deve ser cometido a um servidor.

Parágrafo único – Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimentos pagos pelos cofres públicos.



Art.4º - Os cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal direta, das autarquias e das fundações públicas serão organizados em carreiras.

§ 1º - As carreiras serão organizadas em classes de cargos, observados a escolaridade e a qualificação profissional exigidas, bem como a natureza e complexidade das atribuições a serem exercidas por seus ocupantes na forma prevista na legislação específica.

§ 2º - Classe é o cargo público isolado, constante de um Grupo Ocupacional, composto pelo agrupamento de atividades assemelhadas ou correlatas, e Série de Classes é o agrupamento de [cargos] da mesma denominação e atribuições, de diferentes níveis ou padrões de vencimento ou remuneração

§ 3º - Grupo Ocupacional é o conjunto de Classes ou Série de Classes, e Quadro de Pessoal é o conjunto de Diversos Grupos Ocupacionais.

§ 4º - Os cargos são considerados de carreira ou isolados e as atribuições de cada cargo serão fixadas em regulamento.

Art.5º - A remuneração ou vencimentos dos cargos públicos, obedecerá a padrões fixados em Lei e o seu reajuste ou atualização será feito por Ato do Poder Executivo.

Art.6º - É proibido o exercício gratuito de cargos públicos salvo nos casos previstos em lei.

CAPÍTULO II

Do Provimento

Seção I

Disposições Gerais

Art.7º - São requisitos básicos para ingresso no serviço público:

- I. A nacionalidade brasileira;
- II. O gozo dos direitos políticos;
- III. A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV. A idade mínima exigida em lei;



- V. O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- VI. Aptidão física e mental;

§ 1º - As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

§ 2º - Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, e para as quais serão reservadas até 10 por cento das vagas oferecidas no concurso.

Art.8º - O provimento dos cargos públicos far-se-á mediante ato de autoridade competente de cada Poder, do dirigente superior de autarquia ou de fundação pública.

Art.9º - A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

Art.10 - São formas de provimento em cargos públicos:

- I. Nomeação
- II. Promoção;
- III. Ascenção;
- IV. Transferência;
- V. Readaptação;
- VI. Reversão;
- VII. Aproveitamentos;
- VIII. Reintegração;
- IX. Recondução;

SEÇÃO II

Da nomeação

Art.11 - A nomeação far-se-á:

- I. Em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado da carreira;
- II. Em comissão, para cargos de confiança, de livre exoneração;



Art.12 - A nomeação para cargo isolado ou de carreira depende de previa habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Parágrafo Único - Os demais requisitos para o ingresso e o desenvolvimento do servidor na carreira, mediante promoção e acesso, serão estabelecidos pela lei que fixará diretrizes do sistema de carreira na Administração Pública Municipal e seus regulamentos.

SEÇÃO III

Do Concurso Público

Art.13 - A primeira investidura em cargo de provimento efetivo será feita mediante concurso público de provas escritas, podendo ser utilizadas, também, provas práticas ou prático-oraís.

§1º - Nos concursos para provimento de cargo de nível universitário também pode ser utilizada prova de títulos.

§2º - A admissão de profissionais de ensino far-se-á exclusivamente por concurso de provas e títulos.

Art.14 - O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§1º - O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no órgão oficial, e afixado em locais que possibilitem sua ampla [divulgação].

§2º - Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou provas de títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir o cargo, na carreira.

Art.15 - O edital do concurso estabelecerá os requisitos a serem satisfeitos pelos candidatos.

SEÇÃO IV

Da Posse e do Exercício





Art.16 - Posse é a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossando.

§1º - Não haverá posse nos cargos de promoção e reintegração.

§2º - A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado.

§3º - Em se tratando de servidor em licença, ou afastado por qualquer outro motivo legal, o prazo será contado do término do impedimento.

§4º - Só haverá posse se for precedida da publicação do ato de provimento.

§5º - No ato da posse o servidor apresentará obrigatoriamente declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

§6º - Será tornado sem efeito o ato de provimento, se a posse não ocorrer no prazo previsto no §2º deste artigo.

Art.17 – A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.

Parágrafo único – só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

Art.18 – Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo.

Parágrafo único – A autoridade competente do órgão ou entidade para onde for designado o servidor compete dar-lhe exercício.

Art.19 – O início, a suspensão, interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

Parágrafo único – Ao entrar em exercício o servidor apresentará, ao órgão competente, os elementos necessários ao assentamento individual.

Art.20 – A promoção ou o acesso não interrompe o tempo de exercício que é contado no novo posicionamento na carreira a partir da data da publicação do ato que promover ou ascender o servidor.

Art.21 – O servidor que deve ter exercício em outra localidade terá 30 (trinta) dias de prazo para fazê-lo, incluindo neste tempo o necessário ao deslocamento para a nova sede, desde que implique mudança de seu domicílio.





Parágrafo único – O exercício de cargo em comissão exigirá de seu ocupante integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração.

SEÇÃO V

Da Estabilidade

Art.23 – São estáveis, após 2 (dois) anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude do concurso público.

Art.24 – O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

SEÇÃO VI

Da Transferência e da Remoção

Art.25 – A transferência far-se-á:

- I. A pedido do servidor, atendida a conveniência do serviço;
- II. Ex – ofício, no interesse da administração;

§1º - A transferência a pedido, para cargo da carreira, só poderá ser feita para vaga a ser provida por merecimento.

§2º - As transferências para cargo de carreira, não poderão exceder 1/3 (um terço) dos cargos de cada classe e só poderão ser efetivadas no mês seguinte ao fixado para as promoções.

Art.26 – Caberá transferência:

- I. De uma para outra carreira de denominação diversa, dentro do mesmo Grupo Ocupacional;
- II. De um cargo de carreira para outro isolado, de provimento efetivo, dentro do mesmo Grupo Ocupacional;
- III. De um cargo isolado de provimento efetivo para outro da mesma natureza ou de carreira, dentro do mesmo Grupo Ocupacional.

§1º - No caso do item II, a transferência só pode ser feita a pedido do servidor.

§2º - A transferência prevista do item I e III deste artigo, poderá ser feita, sempre, para cargo de igual vencimento ou remuneração, assegurada





qualquer diferença que possa existir, ou para cargo de maior vencimento ou remuneração.

Art.27 – O interstício para transferência será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias na classe ou no cargo isolado.

Art.28 – A remoção a pedido ou ex-ofício, far-se-á:

- I. De uma para outra repartição;
- II. De um para outro órgão da mesma repartição;

Art.29 – A transferência e a remoção por permuta serão processadas a pedido escrito de ambos os servidores interessados, observado o interesse público, e de acordo com o prescrito nesta seção.

SEÇÃO VII

Da readaptação

Art.30 - Readaptação e a investidura de servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica, por junta Média Oficial do Município.

§1º - Se julgado incapaz para o serviço público, o servidor será aposentado.

§2º - A readaptação será efetivada em cargo de carreira de [condições] afins, respeitada a habilitação exigida.

§3º - Em qualquer hipótese, a readaptação não poderá acarretar aumento ou redução da remuneração do servidor.

SEÇÃO VIII

Da Reversão

Art.31 – Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial do Município, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.

Art.32 - A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

Parágrafo único – Encontrando-se provido este cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência da vaga.

Art. 33 – Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 60 (sessenta) anos de idade.



SEÇÃO IX

Do Estágio Probatório

Art.34 – Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:

- I. Assiduidade;
- II. Disciplina;
- III. Capacidade de iniciativa;
- IV. Produtividade;
- V. Responsabilidade;

Art.35 - O chefe imediato do servidor em estágio probatório informará a seu respeito, reservadamente, 60 (sessenta) dias antes do término do período, ao órgão de pessoal, com relação ao preenchimento dos requisitos mencionados no artigo anterior.

§1º - De posse da informação, o órgão de pessoal emitirá parecer concluindo a favor ou contra a confirmação do servidor em estágio.

§2º - Se o parecer for contrário à permanência do servidor, dar-se-lhe-á conhecimento deste, para efeito de apresentação de [INELEGÍVEL], no prazo de 10 (dez) dias.

§3º - O órgão de pessoal encaminhará o parecer e a defesa a [unidade] municipal competente, que decidirá sobre a exoneração [ou a] manutenção do servidor.

§4º - Se a autoridade considerar aconselhável a exoneração do servidor, ser-lhe-á encaminhado o respectivo ato, caso contrário fica automaticamente ratificado o ato de nomeação.

§5 – A apuração dos requisitos mencionados no art.29 deverá processar-se de modo que a exoneração, se houver, possa ser feita antes de findo o período probatório

Art.36 – Ficará dispensado de novo estágio probatório o servidor estável que for nomeado para outro cargo público municipal.

SEÇÃO X

Da Reintegração



Art.37 – Reintegração é a reinvestidura do servidor no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com resarcimento de todas as vantagens.

§1º - Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade, observado o disposto nos artigos 39 e 41.

§2º - Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização ou aproveitamento em outro cargo, ou ainda, posto em disponibilidade remunerada.

SEÇÃO XI

Da Recondução

Art.38 – Recondução e o retorno do servidor estável, ao cargo anterior ocupado e decorrera de:

- I. Inabilidade ao estágio probatório relativo a outro cargo;
- II. Reintegração de anterior ocupante.

Parágrafo único – Encontrando-se provido o cargo de origem o servidor será aproveitado em outro, observando o disposto no artigo 47 desta lei.

CAPITULO III

Do Tempo de Serviço

Art.39 – A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerando a ano como de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Parágrafo único - Feita a conversão, os dias restantes, até 182 (cento e oitenta e dois), não serão computados, arredondando-se para um ano quando excederem este número, para efeito de aposentadoria.

Art.40 – Além das ausências ao serviço previstas no art.124, são considerados como de efeito exercício os afastamentos em virtude de:

- I. Férias;
- II. Exercício de cargo em comissão ou equivalente em órgão ou entidade federal, estadual, municipal ou distrital;
- III. Participação em programa de treinamento instruído e autorizado pelo respectivo órgão ou repartição municipal;





- IV. Desempenho de mandato eletivo, federal, estadual, municipal, ou do Distrito Federal, exceto para promoção por merecimento;
- V. Júri, e outros serviços obrigatórios por lei;
- VI. Licenças previstas nos incisos VI, VIII, IX do art.91 desta lei.

Art.41 – Contar-se-á apenas para efeito de aposentaria e disponibilidade:

- I. O tempo de serviço comprovadamente prestado, com relação de emprego, na iniciativa pública ou privada ressalvado o disposto no art.211, §2º, desta lei;
- II. A licença para tratamento de saúde de pessoa da família, com remuneração
- III. A licença para atividade política, no caso do art.96, §1º desta lei;
- IV. O tempo de serviço relativo a tiro de guerra;
- V. O tempo correspondente ao desempenho de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, anterior ao ingresso no serviço público municipal;
- VI. O tempo de serviço em atividade privada, vinculada a Previdência Social, comprado mediante Certidão desta.

§1º - O tempo de serviço em que o servidor esteve aposentado, quando reverter a atividade, será contado apenas para [INELEGÍVEL];

§2º - Será contado em dobro o tempo de serviço prestado às forças armadas em operação de guerra.

§3º - É vedada a contagem acumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo ou função, de órgão ou entidade dos Poderes da União, Estado, Distrito Federal e Municípios.

CAPÍTULO IV

Da Vacância

Art.42 – A vacância do cargo público decorrerá de:

- I. Exoneração;
- II. Demissão;
- III. Promoção;
- IV. Ascenção;
- V. Transferência;
- VI. Readaptação;



- VII. Aposentadoria;
- VIII. Posse em outro cargo incalculável;
- IX. Falecimento;

Art.43 – A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor ou de ofício.

Parágrafo único – A exoneração de ofício dar-se-á:

- I. Quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;
- II. Quando, por decorrência de prazo, ficar extinta a disponibilidade;
- III. Quando, tendo tomado posse, não entrar no exercício;
- IV. Por abandono do cargo.

Art.44 – A vaga ocorrerá na data:

- I. Do falecimento;
- II. Imediata àquela em que o servidor completar 70 (setenta) anos de idade;
- III. Da publicação da lei que, criar o cargo e conceder dotação para o seu provimento ou, da que determinar esta última medida, se o cargo já estiver criado ou, ainda, do ato que medida, se o cargo já estiver criado ou, ainda, do ato que aposentar, exonerar, demitir ou conceder promoção ou acesso;
- IV. Da posse em outro cargo de acumulação proibida;

CAPITULO V

Da Disponibilidade e do Aproveitamento

Art.46 – Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração integral.

Art.47 – O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório no prazo máximo de 12 (doze) meses em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

Parágrafo único – O órgão de pessoal determinará o imediato aproveitamento do servidor em disponibilidade em vaga que vier a ocorrer nos órgãos ou entidades da administração pública municipal.

Art.48 – O aproveitamento de servidor que se encontre em disponibilidade dependerá de prévia comprovação de sua capacidade física e mental, por junta médica oficial.





§1º - Se julgado apto, o servidor assumirá o exercício do cargo no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de aproveitamento.

§2º - Verificada a incapacidade definitiva, o servidor em disponibilidade será aposentado.

Art.49 – Será tornado sem efeito o aproveitamento e extinta a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo em caso de doença comprovada por junta médica oficial.

§1º - A hipótese prevista neste artigo configurará abandono de cargo apurado mediante inquérito na forma desta Lei.

§2º - Nos casos de extinção de órgão ou entidades, os servidores estáveis que não puderem ser redistribuídos, na forma deste artigo, serão colocados em disponibilidade, até seu aproveitamento.

CAPÍTULO VI

Da Substituição

Art.50 – A substituição será automática ou dependerá de ato da administração

§1º - A substituição será gratuita, salvo se exceder a 30 (trinta) dias, quando será remunerada e por todo o período.

§2º - No caso de substituição remunerada, o substituto perceberá o vencimento do cargo em que se der a substituição, salvo se optar pelo do seu cargo.

§3º - Em caso excepcional, atendida a conveniência da administração, o titular do cargo de direção ou chefia poderá ser nomeado ou designado, cumulativamente, como substituto para outro cargo da mesma natureza, até que se verifique a nomeação designação do titular; nesse caso, somente perceberá o vencimento correspondente a um cargo.

TITULO II

DOS DIREITOS E VANTAGENS

CAPITULO I

Do Vencimento e da Remuneração

Art.51 – Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei, nunca inferior a um salário mínimo, reajustado periodicamente de





modo a preservar-lhe o poder aquisitivo sendo vedada a sua vinculação, ressalvado o disposto no inciso XIII do art.37 da Constituição Federal.

Art.52 – Remuneração é o vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei.

§1º - A remuneração do servidor investido em função gratificada ou cargo em comissão, será paga na forma prevista em seção própria desta lei.

§2º - O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente é irredutível.

§3º - É assegurada a isonomia de vencimento para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

§4º - Os vencimentos do professor serão atribuídos por hora-aula assegurados, exclusivamente na função

- I. O mínimo de 20 aulas semanais para o professor do pré-escolar e do 1º grau;
- II. O limite máximo de 40 aulas semanais;
- III. Subordinado às necessidades da administração, a manutenção da carga horária de que o professor é detento preferencialmente no mesmo estabelecimento de ensino sobrestando-se o critério de antiguidade nessa situação a [conceder] outro;
- IV. Vencimentos mínimos estabelecidos no art.54 desta lei para a carga horária de 20 aulas semanais.

§5º - Os vencimentos do servidor Médico e Dentista da rede pública de saúde serão atribuídos em função da carga horária estabelecida no ato de nomeação.

Art.53 – Nenhum servidor poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração, importância superior à soma dos valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, no âmbito dos respectivos Poderes, pelo Prefeito e Presidente da Câmara Municipal.

Art.54 – A menor remuneração atribuída aos cargos públicos não será inferior a 1/20 (um vinte avos) do teto de remuneração fixada no artigo anterior.

Art.55 – O servidor perderá:

- I. A remuneração dos dias que faltar ao serviço;





II. A parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a 60 (sessenta) minutos.

Art.56 – Salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

Parágrafo único – Mediante autorização do servidor poderá ser efetuado desconto de sua remuneração em favor de entidade sindical excetuada a contribuição sindical obrigatória prevista em seu estatuto.

Art.57 – As reposições e indenizações ao Erário serão descontadas em parcelas mensais não excedentes à décima parte da remuneração ou provento, desde que devidamente atualizadas com os índices legais.

Parágrafo único – Independentemente do parcelamento previsto neste artigo, o recebimento de quantias indevidas poderá implicar processo disciplinar para apuração das responsabilidades e aplicação das penalidades cabíveis.

Art.58 – O servidor em débito com o Erário, que for demitido, exonerado ou que tiver a sua aposentadoria ou disponibilidade extinta, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para quitá-lo.

Parágrafo único – A não quitação do débito no prazo previsto, implicará sua inscrição em dívida ativa.

Art.59 – O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.

CAPÍTULO II

Das Vantagens

Seção I

Disposições Gerais

Art.60 – Além do vencimento e da remuneração, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:

- I. Indenização;
- II. Gratificações e adicionais;
- III. Salário família;





Parágrafo único – As gratificações e o adicionais somente se incorporarão ao vencimento ou provento nos casos indicados em lei.

Art.61 – As vantagens previstas no inciso III do artigo anterior não serão computadas nem acumuladas para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

Seção I

Das indenizações

Art.62 – Constituem indenizações ao servidor:

- I. Diárias de alimentação e pousada;
- II. Transporte

Parágrafo único – Os valores das indenizações, assim como as condições para a sua concessão, serão estabelecidos em regulamento.

Subseção I

Das diárias

Art.63 – O servidor que, a serviço, se afastar do Município, em caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território nacional, fará jus a passagem e diárias, para cobrir as despesas de pousada, alimentação e locomoção, efetivamente gastas.

§1º - Nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor não fará jus as diárias.

Art.64 – O servidor que receber diárias e não se afastar da [cidade] por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las [integralmente], no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de sanções disciplinares e desconto integral nos vencimentos ou remuneração, do valor corrigido da importância recebida.

Parágrafo único – Na hipótese de servidor retornar a sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, deverá restituir as diárias recebidas em excesso, em igual prazo.

Art.65 – As diárias de alimentação e pousada serão pagas antecipadamente ao afastamento do servidor para fora da sede e, após, feita a prestação de contas com as respectivas notas fiscais das despesas, pelo servidor.

Subseção II





Da indenização de Transporte

Art.66 – Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que realize despesas com a utilização de meio próprio de locomoção, para execução de serviços externos, por força das atribuições do cargo, conforme se dispuser em regulamento.

Seção II

Das gratificações e Adicionais

Art.67 – Além dos vencimentos e das vantagens previstas nesta Lei serão deferidos aos servidores as seguintes gratificações e adicionais:

- I. Gratificação natalina;
- II. Adicional por tempo de serviço
- III. Adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;
- IV. Adicional pela prestação de serviço extraordinário;
- V. [NÃO CONSTA]
- VI. Adicional noturno;
- VII. Adicional de férias;
- VIII. Auxílio natalidade;
- IX. Auxílio funeral;
- X. Auxílio reclusão;

Subseção I

Da gratificação de função

Art.68 – Ao servidor investido em função de chefia é devida uma gratificação pelo seu exercício.

Parágrafo único – Os percentuais de gratificação serão estabelecidos em lei.

Art.69 – A lei municipal estabelecerá o valor da remuneração dos [proventos] em comissão e das gratificações previstas no artigo [anterior].

Parágrafo único – A remuneração pelo exercício do cargo em comissão, tem como a referente às gratificações de função, não será incorporada ao vencimento ou à remuneração do servidor.

Art.70 – O exercício de função gratificada ou de cargo em comissão só assegurará os direitos ao servidor durante o período em que estiver exercendo o cargo ou a função.





Parágrafo único – Afastando-se ao cargo em comissão ou da função gratificada o servidor perderá a respectiva remuneração.

Subseção II

Da Gratificação Natalina

Art.71 – A gratificação de Natal será paga, anualmente, a todo servidor municipal, independentemente da remuneração a que fizer jus.

§1º - A gratificação de Natal corresponderá a 1/12 (um doze avos), por mês de efetivo exercício, da remuneração devida em dezembro do ano correspondente.

§2º - A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de exercício será tomada como mês integral, para o efeito do parágrafo anterior.

§3º - A gratificação de Natal será calculada somente sobre o vencimento do servidor, nele não incluídas as vantagens, exceto no caso de cargo em comissão, quando a gratificação de Natal será paga tomando-se por base o vencimento desse cargo.

§4º - A gratificação de natal poderá ser paga em duas parcelas, a primeira até o dia 30 (trinta) de junho e a segunda até o dia 20 (vinte) de dezembro de cada ano.

§5º - A gratificação de natal poderá ser paga em duas parcelas, a primeira até o dia 30 (trinta) de junho e a segunda até o dia 20 (vinte) de dezembro de cada ano.

§6º - O pagamento de cada parcela se fará tomando por base a remuneração do mês em que ocorrer o pagamento.

§7º - A segunda parcela será calculada com base na remuneração em vigor no mês de dezembro, abatida a importância da primeira parcela, pelo valor pago, devidamente corrigido com a aplicação dos índices legais.

Art.72 – Caso o servidor deixe o serviço público municipal, a gratificação de natal será paga proporcionalmente ao número de [meses] de exercício no ano, com base na remuneração do mês em [que] ocorrer a exoneração ou demissão.

Subseção III

Do Adicional por Tempo de Serviço

Art.73 - Por quinquênio de efetivo exercício no serviço público municipal, contínuos ou descontínuos, será concedido ao servidor um adicional correspondente a 5% (cinco por





cento) do vencimento de seu cargo efetivo, até o limite de 6 (seis) meses quinquênios, que se incorporarão aos vencimentos para todos os efeitos.

§1º - O adicional é devido a partir do dia imediato àquele em que o servidor completar o tempo de serviço exigido.

§2º - O servidor que exercer, cumulativamente, mais de um cargo, terá direito ao adicional calculado sobre o vencimento de maior monta.

Subseção IV

Dos Adicionais de Insalubridade, Periculosidade ou Penosidade

Art.74 – Os servidores que trabalharem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas ou com risco de vida fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo.

§1º - O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e periculosidade deverá optar por um deles, não sendo acumuláveis estas vantagens.

§2º - O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.

Art.75 - Haverá permanente controle da atividade do servidor em operações ou locais considerados penosos, insalubres ou perigosos.

Parágrafo único – A funcionária gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação ou lactação, das operações e locais previstos neste artigo, exercendo suas atividades em local salubre e em serviço não perigoso.

Art.76 – Na concessão dos adicionais de penosidade, insalubridade e periculosidade, serão observadas as situações específicas na legislação municipal.

Parágrafo único – Os locais de trabalho e os servidores que operam com raios x ou substâncias radioativas devem ser mantidos sob controle permanente, de modo que as doses de radiação ionizantes não ultrapassem o nível máximo previsto na legislação

Subseção V

Do adicional por Serviço Extraordinário

Art.77 – O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho.





Art.78 – Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitando o limite máximo de 2 (duas) horas diárias, podendo ser prorrogado por igual período, se o interesse público exigir, conforme se dispuser em regulamento.

§1º - O serviço extraordinário realizado no horário previsto no art.79 será acrescido do percentual relativo ao serviço noturno, em função de cada hora extra.

Subseção VI

Do Adicional Noturno

Art.79 – O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor/hora acrescido de mais 20% (vinte por cento).

Parágrafo único – Em se tratando de serviço extraordinário, o acréscimo de que trata este artigo incidirá sobre o valor da hora normal de trabalho acrescido do respectivo percentual de extraordinário.

Subseção VII

Do Adicional de Férias

Art.80 – Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, o adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração do período de férias, na conformidade do disposto no art.7º inciso XVII, da constituição federal.

Parágrafo único – No caso de o servidor exercer função de direção, chefia ou assessoramento, ou ocupar cargo em comissão, a respectiva vantagem será considerada no cálculo do adicional de que trata este artigo.

Subseção VIII

Auxílio Natalidade

Art.81 – O auxílio natalidade é devido ao servidor municipal, em decorrência de nascimento ou adoção de filho, em valor equivalente ao menor vencimento do serviço público municipal, inclusive do natimorto.

Subseção IX

Do Auxílio Funeral





Art.82 – O auxílio funeral é devido à família do servidor falecido, na atividade ou aposentado, em valor equivalente a 50 (cinquenta) por cento do menor piso de salários vigente no município.

Parágrafo único – O auxílio será pago por meio de procedimentos sumaríssimo, à pessoa da família que houver custeado o funeral.

Art.83 – Em caso de falecimento do servidor em serviço, fora do local de trabalho, inclusive no exterior, as despesas de transporte do corpo, correrão à conta de recursos do município.

Subseção X

Do Auxílio Reclusão

Art.84 – À família do servidor, é devido o auxílio reclusão, nos seguintes valores:

- I. Dois terços da remuneração, quando afastado por motivo de prisão em flagrante, ou preventiva, determinada por autoridade competente, enquanto perdurar a prisão;
- II. Metade da remuneração, durante o afastamento, em virtude de condenação, por sentença definitiva, à pena que não determine a perda do cargo;

Art.85 – Nos casos previstos no inciso I deste artigo, o servidor terá direito à integralidade da remuneração desde que absolvido

Parágrafo único – O pagamento do auxílio reclusão cessará no dia imediato àquele em que o servidor for posto em liberdade, ainda que condicional, ou for comunicada sua evasão do estabelecimento penal.

Seção III

Do salário Família

Art.86 – Será concedido salário família ao servidor ativo ou inativo, que percebe até dois salários mínimos

- I. Por filho menos de 14 (quatorze) anos que não exerça [atividade] remunerada e nem tenha renda própria;
- II. Por filho inválido ou mentalmente incapaz, sem renda própria.





§1º - Compreende-se, neste artigo, o filho de qualquer condição, o enteado, o adotivo e o menor que, mediante autorização judicial, estiver sob a guarda e o sustento do servidor.

Art.87 – Ocorrendo o falecimento do servidor, o salário família continuará a ser pago a seus beneficiários, por intermédio da pessoa em cuja guarda se encontrem, enquanto fizerem jus à concessão.

§1º - Com o falecimento do servidor e à falta do responsável pelo recebimento do salário família, será assegurado aos beneficiários o direito à sua percepção, enquanto assim fizerem jus.

§2º - Passará a ser efetuado ao cônjuge sobrevivente o pagamento do salário família correspondente ao beneficiário que vivia sob a guarda e sustento do servidor falecido, desde que [aquele] consiga autorização judicial para mantê-lo e ser seu [responsável].

§3º - Caso o servidor não haja requerido o salário família relativo a seus dependentes, o requerimento poderá ser feito após sua morte pela pessoa cuja guarda e sustento se encontrem, operando seus efeitos a partir da data do pedido.

Art. 88 – O valor do salário família será igual a 5% (cinco por cento) de um salário mínimo vigente na data do pagamento, devendo ser pago a partir da data em que for protocolado o requerimento.

Parágrafo único – O responsável pelo recebimento do salário família deverá apresentar, no mês de julho de cada ano, declaração de vida e residência dos dependentes, sob pena de ter suspenso o pagamento da vantagem.

Art. 89 – Nenhum desconto incidirá sobre o salário família, nem [ele] servirá de base a qualquer contribuição, ainda que para fins [de] previdência social.

Art.90 – Todo aquele que, por ação ou omissão, der causa a pagamento indevido de salário família ficará obrigado à sua restituição, com valor atualizado, sem prejuízo das demais combinações legais.

CAPÍTULO III

[Das] Licenças

Seção I

Disposições Gerais





Art.91 – Conceder-se-á ao servidor licença:

- I. Por afastamento do cônjuge ou companheiro;
- II. Por motivo de doença em pessoa da família;
- III. Para serviço militar;
- IV. Para atividade política
- V. Para tratar de interesse particulares;
- VI. Para desempenho de mandato classista;
- VII. Licença prêmio;
- VIII. Licença para tratamento de saúde;
- IX. Licença à gestante, à adotante e paternidade;
- X. Licença por acidente em serviço.

§1º - A licença prevista no inciso II será precedida de atestado ou exame médico e comprovação do parentesco.

§2º - O servidor não poderá permanecer em licença da mesma espécie por período superior a 24 (vinte e quatro) meses, salvo nos casos dos incisos III e IV.

§3º - É vedado exercício de atividade remunerada, durante o período da licença prevista no inciso II deste artigo.

Art.92 – A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias do término de outra da mesma espécie, será considerada como prorrogação.

Seção I

Licença pelo afastamento do cônjuge ou companheiro

Art.93 – Poderá ser concedida licença ao servidor para acompanhar o cônjuge ou companheiro(a), que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo fora do município.

§1º - A licença será por prazo determinado e sem remuneração.

§2º - A licença será interrompida a requerimento do servidor.

Seção II

Da licença por Motivo de Doença em Pessoas da Família

Art.94 – Poderá ser concedida a licença ao servidor, por motivo [de] doença do cônjuge ou companheiro, padrasto ou madrasta, [ascendente] e descendente mediante comprovação médica por junta médica oficial do município.





§1º - A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, o que deverá ser apurado, através de acompanhamento social.

§2º - A licença será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada por igual período, mediante parecer de junta médica, e excedendo estes prazos, sem remuneração.

§3º - A licença prevista neste artigo será concedida se não houver prejuízo para o serviço público.

Seção III

Da Licença para Serviço Militar

Art.95 – Ao servidor convocado para o serviço militar será concedida licença à vista de documento oficial.

§1º - Do vencimento do servidor será descontada a importância percebida na qualidade de incorporado, salvo se tiver havido opção pelas vantagens do serviço militar.

§2º - Ao servidor desincorporado será concedido prazo não excedente a 7(sete) dias para reassumir o exercício sem perda do vencimento.

Seção IV

Da Licença para Atividade Política

Art.96 – O servidor terá direito a licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha, em convenção partidária, como candidato a cargo efetivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

§1º - A partir do registro da candidatura e até o 10º (décimo) dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus a licença como se em efetivo exercício estivesse, sem prejuízo de sua remuneração, mediante comunicação, por escrito, do afastamento.

§2º - O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos ocupantes de cargo em comissão.

Seção V

Da Licença para Tratar de Interesses Particulares

Art.97 – A critério da Administração, poderá ser concedida ao servidor está licença para o trato de assuntos particulares, pelo prazo de até 2 (dois) anos consecutivos, sem remuneração.





§1º - A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

§2º - Não se concederá nova licença antes de decorridos 2 (dois) anos do término do anterior.

Art.98 - Ao servidor ocupante de cargo em comissão não se concederá a licença de que trata o artigo anterior.

Seção VI

Da Licença para o Desempenho de Mandato Classista

Art.99 – É assegurado ao servidor o direito a licença para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional ou sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão, sem remuneração.

§1º - Somente poderão ser licenciados os servidores para cargos de direção ou representação nas referidas entidades até o máximo de 3 (três) por entidade.

§2º - A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada no caso de reeleição e por uma única vez.

§3º - O servidor ocupante de cargo em comissão ou função gratificada deverá desincompatibilizar-se do cargo ou função quando empossar-se no mandato de que trata este artigo.

Seção VII

Da Licença-Prêmio

Art.100 – Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 1 (um) mês de licença-prêmio com a remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único - É facultado ao servidor fracionar a licença de que trata este artigo, em até 3 (três) parcelas.

Art.101 – Não se concederá licença-prêmio ao servidor que, no [período] aquisitivo:

- I. Sofrer penalidade disciplinar de suspensão;
- II. Afastar-se do cargo em virtude de:
 - a. Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem remuneração;
 - b. Licença para tratar de interesses particulares;
 - c. Condenação a pena privativa de liberdade por sentença definitiva.
 - d. Desempenho de mandato classista;





e. Licença para atividades políticas.

Parágrafo único - As faltas injustificadas ao serviço retardarão a concessão de licença prevista neste artigo, na proporção de 1 (um) mês para cada falta.

Art.102 – O número de servidores em gozo simultâneo de licença-prêmio não poderá ser superior a 1/3 (um terço) da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão ou entidade.

Art.103 – A requerimento do servidor a licença prêmio,

Seção VIII

Da Licença para Tratamento de Saúde

Art.104 – Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em perícia médica, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus, correndo os primeiros vinte dias a cargo da Prefeitura Municipal e, após, a cargo da Caixa de Previdência Social Municipal.

Art.105 – Para licença de 30 (trinta) dias, a inspeção será feira por médico indicado pelo órgão de pessoal e, se por prazo superior, por junta médica oficial do município, composta por no mínimo três médicos.

§1º - Sempre que necessária, a inspeção médica será realizada na residência do servidor ou no estabelecimento hospitalar onde se encontrar internado.

§2º - Inexistindo médico do órgão ou entidade no local onde se encontra o servidor, será aceito atestado passado por médico particular, que deverá ser homologado por junta médica oficial do Município.

Art. 106 - Findo o prazo da licença, o servidor será submetido a nova inspeção médica, que concluirá pela volta ao serviço, pela [prorrogação] da licença ou pela aposentadoria.

Art.107 – O atestado e o laudo da junta médica não se referirão ao nome ou natureza da doença, salvo quando se tratarem de lesões produzidas por acidentes em serviço, doença profissional ou quaisquer das doenças especificadas no art.211, inciso I.

Art.108 - O servidor que apresente indícios de lesões orgânicas ou funcionais será submetido à inspeção médica.

Seção IX

Da Licença à Gestante, à Adotante e da Licença Paternidade





Art.109 – Será concedida licença à funcionária gestante, por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.

§1º - A licença poderá ter início no primeiro dia do 9º (nono) mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica.

§2º - No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto.

§3º - No caso de natimorto, decorridos 30 (trinta) dias do evento, a funcionária será submetida a exame médico e, se julgada apta, reassumirá o exercício.

§4º - No caso de aborto, atestado por médico oficial, a funcionária terá direito a 30 (trinta) dias de repouso remunerado, desde que o aborto não tenha sido provocado.

Art.110 – Pelo nascimento de filho, o servidor terá direito à licença paternidade de 3 (três) dias consecutivos.

Art.111 – Para amamentar o próprio filho, até a idade de 6 (seis) meses, a funcionária terá direito, durante a jornada de trabalho, a 1 (uma) hora, que poderá ser parcelada em 2 (dois) períodos de meia hora.

Art.112 – A funcionária que adotar ou obtiver guarda judicial de criança de até 1 (um) ano de idade serão concedidos 30 (trinta) dias de licença remunerada, para ajustamento do adotado ao novo lar.

Parágrafo único – No caso de adoção ou guarda judicial de criança com mais de 1 (um) ano de idade, o prazo de que trata este artigo será de 15 (quinze) dias.

Seção X

Da Licença por Acidente em Serviço

Art.113 – Será licenciado, remuneração integral, o servidor acidentado em serviço.

§1º - O servidor acidentado em serviço fará jus a remuneração integral do cargo pelo prazo máximo de dois anos.

§2º - Decorrido o prazo fixado no parágrafo primeiro, e comprovada a incapacidade do servidor para a função, este será readaptado ou aposentado por invalidez.

Art.114 – Configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor e que se relacione mediata ou imediatamente com as atribuições do cargo exercido.

Parágrafo único – Equipara-se ao acidente em serviço o dano:

- I. Decorrente de agressão sofrida e não provocado pelo servidor no exercício do cargo.





II. Sofrido no percurso de residência para o trabalho e vice-versa.

Art.115 – O servidor acidentado em serviço que necessite de tratamento especializado poderá, a critério da autoridade competente, ser tratado em instituição privada, à conta de recursos públicos.

Parágrafo único – O tratamento recomendado por junta médica oficial constitui medida de exceção e somente será admissível quando inexistirem meios e recursos adequados em instituição pública.

Art.116 – A prova do acidente será feita no prazo de 10 (dez) dias, prorrogável quando as circunstâncias o exigirem.

CAPITULO IV

Das Férias

Art.117 – O servidor gozará, obrigatoriamente, 30 (trinta) dias consecutivos de férias por ano, condidas de acordo com escala organizada pela chefia imediata.

§1º - A escala de férias poderá ser alterada por autoridade superior, ouvido o chefe imediato do servidor.

§2º - As férias serão reduzidas a 24 (vinte e quatro) dias quando o servidor contar, no período aquisitivo, com até 5 (cinco) faltas; a 18 (dezoito) dias, quando o servidor contar, no período aquisitivo, de 6 (seis) até 10 (dez) faltas; e a 12 (doze) dias quando o servidor contar, no período aquisitivo, de 11 (onze) até 30 (trinta) dias faltas; desde que não justificadas, ao trabalho.

§3º - Somente depois de 12 (doze) meses de exercício o servidor terá direito a férias.

§4º - Durante as férias, o servidor terá direito, além do vencimento, a todas as vantagens que percebia no momento em que passou a frui-las.

§5º - Será permitida a conversão de 1/3 (um terço) das férias em dinheiro, mediante requerimento do servidor apresentado 30 (trinta) dias antes do seu início, vedada qualquer outra hipótese de conversão em dinheiro.

Art.118 – É proibida a cumulação de férias, salvo por imperiosa necessidade do serviço e pelo máximo de 2 (dois) períodos, atestada a necessidade pelo chefe imediato do servidor.





Art.119 – Perderá o direito a férias o servidor que, no período aquisitivo, houver gozado das licenças a que se refere no art.91, incisos I a VI.

Art.120 – No cálculo do abono pecuniário será considerado o valor do adicional de férias, previsto no art.80

Art.121 – O servidor que opera direta e permanentemente com raios X ou substâncias radioativas gozará, obrigatoriamente, 20 (vinte) dias consecutivos de férias, por semestre de atividade profissional, proibida, em qualquer hipótese, a acumulação.

Parágrafo único – O servidor preferido neste artigo não fará jus ao abono pecuniário de que trata o artigo anterior.

Art.122 – Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional de 1/3 da remuneração correspondente ao período de férias.

Parágrafo único – No caso de o servidor exercer função de gratificação ou ocupar cargo em comissão, a respectiva vantagem será considerada no cálculo do adicional de que trata este artigo.

Art.123 – O servidor em regime de acumulação lícita perceberá o adicional calculado sobre a remuneração dos cargos, cujo período aquisitivo lhe garanta o gozo das férias.

Parágrafo único – O adicional de férias será devido em função de cada cargo exercido pelo servidor.

CAPÍTULO V

Das concessões

Art.124 – Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

- I. Por 1 (um) dia, para doação de sangue;
- II. Por 1 (um) dias, para se alistar como eleitor;
- III. Por 3 (três) dias, consecutivos em razão de;
 - a) Casamento;
 - b) Falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta, ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.

Art.125 – Poderá ser concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.





Parágrafo único – Para efeito do disposto neste artigo será exigida a compensação de horários na repartição, respeitada a duração semanal do trabalho.

Art.126 – O servidor poderá ser cedido mediante requisição para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses:

- I. Para exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
- II. Em casos previstos em leis específicas.

Parágrafo único – Na hipótese do inciso I deste artigo, o ônus da remuneração será do órgão ou entidade requisitante.

Art.127 – O servidor estável poderá ausentar-se do Município para estudo, sem remuneração, desde que autorizado pela maior autoridade em que estiver subordinado.

Parágrafo único – A ausência de que trata este artigo não excederá de 4 (quatro) anos e findo o período, somente decorrido outro será permitida nova ausência, ou licença para tratar de interesse particular.

CAPÍTULO VI

Do Exercício de Mandato Eletivo

Art.128 – Ao servidor municipal investido em mandato eletivo, aplicam-se as disposições previstas na constituição da República, e na Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único – O servidor investido em mandato eletivo municipal é inamovível de ofício pelo tempo de duração de seu mandato.

CAPÍTULO VII

Do Direito da Petição

Art.129 – É assegurado ao servidor requerer aos Poderes Públicos em defesa de direito ou de interesse legítimo.

Art.130 – O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art.131 – Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.





Parágrafo único – O requerimento e o pedido de reconsideração de que tratam os artigos anteriores deverão ser despachados no prazo de 5 (cinco) dias e decididos dentro de 30 (trinta) dias.

Art.132 – Caberá recurso:

- I. Do indeferimento do pedido de reconsideração;
- II. Das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.

§1º - O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades.

Art.133 – O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 30 (trinta) dias a contar da publicação ou da ciência pelo interessado da decisão recorrida.

Art.134 – O recurso poderá ser recebido com efeito suspensivo a juízo da autoridade competente,

Parágrafo único – Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou de recurso, os efeitos de decisão retroagirão à data do ato impugnado.

Art.135 – O direito de requerer prescreve:

- I. Em 5 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão e da cassação de aposentadoria ou disponibilidade ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho;
- II. Em 60 (sessenta) dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

Parágrafo único – O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência, pelo interessado, quando o ato não for publicado.

Art.136 – O pedido de reconsideração e o recurso, quando [cabíveis], interrompem a prescrição.

Parágrafo único – Interrompida a prescrição, o prazo recomeçará a correr pelo restante, no dia em que cessar a interrupção.

Art.137 – A prescrição e de ordem pública, não podendo ser relevada pela Administração.

Art.138 – Para o exercício de direito de petição, é assegurada vista do processo ou documento, repartição, ao servidor ou [ao] procurador por ele instituído.





Art.139 – A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando elevados de ilegalidade.

Art.140 – São fatais e improrrogáveis os prazos estabelecidos neste capítulo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado.

TITULO III

DO REGIME DISCIPLINAR

CAPITULO I

Dos Deveres

Art.141 – São deveres do servidor:

- I. Exercer com elo e dedicação as atribuições do cargo;
- II. Ser leal as instituições a que servir;
- III. Observar as normas legais e regulamentares;
- IV. Cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
- V. Atender com presteza;
 - a) Ao público em geral prestando as informações requeridas ressalvadas as protegidas em sigilo;
 - b) À expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situação de interesse pessoal;
 - c) Às requisições para a defesa da Fazenda Pública.
- VI. Levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;
- VII. Zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público;
- VIII. Guardar sigilo sobre assuntos da repartição;
- IX. Manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
- X. Ser assíduo de pontual ao serviço;
- XI. [tratar] com urbanidade as pessoas;
- XII. Representar contra a ilegalidade ou abuso de poder.

Parágrafo único – A representação de que trata o inciso XII será encaminhada pela via hierárquica e obrigatoriamente apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representado o direito de defesa.

Seção I

Das Proibições



Art.142 – Ao servidor é proibido:

- I. Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;
- II. Retirar, sem prévia anuênci a autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
- III. Recusar fé a documentos públicos;
- IV. Opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviços;
- V. Promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;
- VI. Referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas ou aos atos do Poder Público, mediante manifestação escrita ou oral, podendo, porém, criticar ato do Poder Público, do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço, em trabalho assinado;
- VII. Cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previsto em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;
- VIII. Compelir ou aliciar outro servidor no sentido de filiação a associação profissional, sindical ou partido político;
- IX. Manter sob sua chefia imediata, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;
- X. Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
- XI. Participar de gerência ou de administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o Município, exceto se a transação for precedida de licitação;
- XII. Atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até segundo grau e de cônjuge ou companheiro;
- XIII. Receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
- XIV. Praticar usuras sob qualquer de suas formas;
- XV. Proceder de forma desidiosa;



- XVI. Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;
- XVII. Cometer a outro servidor atribuições estranhas às do cargo que ocupa, exceto em situações transitórias de emergência;
- XVIII. Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis [ao exercício] do cargo ou função e com o horário de trabalho.

Seção II

Da Acumulação

Art.143 – Ressalvados os casos previstos na Constituição da República, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

§1º - A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações e empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos territórios e dos Municípios.

§2º - A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

Art.144 – O servidor não poderá exercer mais de um cargo em missão, nem ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.

Art.145 – O servidor vinculado ao regime desta Lei, que acumular licitamente 2 (dois) cargos de carreira, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos.

§1º - O afastamento previsto neste artigo ocorrerá apenas em relação a um dos cargos se houver compatibilidade de horários.

§2º - O servidor que se afastar de um dos cargos que ocupa poderá optar pela remuneração deste ou pela do cargo em comissão.

Seção III

Das Responsabilidades

Art.146 – O servidor responde, civil, penal e administrativamente, pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art.147 – A responsabilidade civil decorre de ato omissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao Erário ou terceiros.





§1º - A indenização de prejuízo dolosamente causado ao Erário somente será liquidada na forma prevista no art.57 na falta de outros bens que assegurem a execução do débito pela via judicial.

§2º - Tratando-se de dano causado a terceiros responderá o servidor perante a Fazenda Pública em ação regressiva.

§3º - A obrigação de reparar o dano estende-se aos [inelegível] e contra eles será executada, até o limite do valor da [inelegível] recebida.

Art.148 – A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções.

Art.149 – A responsabilidade administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

Art.150 – As sanções civis, penais e administrativas poderão acumular se sendo independentes entre si.

Art.151 – A responsabilidade civil ou administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

Seção IV

Das Penalidades

Art.152 – São penalidades disciplinares:

- I. Advertência;
- II. Suspensão;
- III. Demissão;
- IV. Extinção de aposentadoria ou disponibilidade;
- V. Destituição de cargo em comissão;

Art.153 – Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Art.154 – A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art.142, incisos I a IX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.





Art.155 – A suspensão será aplicada em caso de reincidência das [faltas] punidas com a advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias.

§1º - será punido com suspensão de até 15 (quinze) dias o servidor que injustificadamente recusar-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos de penalidade uma vez cumprida a determinação.

§2º - Quando houver conveniência para o exercício a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa na base de [50% (cinquenta por cento)] por dia do vencimento ou remuneração, [quando] o servidor obrigado a permanecer em serviço.

Art.156 – As penalidades de Advertência e de suspensão terá seus registros cancelados após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Parágrafo único – O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.

Art.157 – A demissão será aplicada nos seguintes casos:

- I. Crime contra a Administração Pública;
- II. Abandono de cargo;
- III. Inassiduidade habitual;
- IV. Improbidade administrativa;
- V. Incontinência pública ou conduta escandalosa;
- VI. Insubordinação grave em serviço;
- VII. Ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa ou defesa de outrem;
- VIII. Aplicação irregular de dinheiros públicos;
- IX. Revelação de segredo apropriado em razão do cargo;
- X. Lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal;
- XI. Corrupção;
- XII. Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;
- XIII. Transgressão do art.142, incisos X a XVII.

Art.158 – Verificada, em processo disciplinar, acumulação proibida e provada e boa-fé, o servidor optará por um dos cargos.





§1º - Provada a má-fé, perderá também o cargo que exercia a mais tempo e restituirá o que tiver percebido indevidamente.

§2º - Na hipótese do parágrafo anterior, sendo um dos cargos emprego ou função exercidos em outro órgão ou entidade a demissão lhe será comunicada.

Art.159 – Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado na inatividade falta punível com a demissão.

Art.160 – A exoneração de cargo em comissão de não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.

Art.161 – A demissão ou destituição de cargo em comissão nos casos dos incisos IV, VIII e X do art.157 implica a indisponibilidade dos bens e o resarcimento ao Erário sem prejuízo de ação penal cabível.

Art.162 – A demissão ou a destituição de cargo em comissão por infringência ao artigo 142, incisos X e XII, incompatibiliza o [inelegível] para nova investidura em cargo público pelo prazo [inelegível] de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único – Não poderá retornar ao serviço público municipal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do art.157, incisos I, V, VIII, X e XI.

Art. 163 – Configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

Art.164 – Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada por 60 (sessenta) dias, interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses.

Art.165 – O ato de imposição de penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 166 – As penalidades disciplinares serão aplicadas:

- I. Pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara Municipal e pelo dirigente superior de autarquia e fundação quando se tratar de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade de servidor vinculado ao respectivo Poder, órgão ou entidade.
- II. Pelas autoridades administrativas de hierarquia imediatamente inferior àquelas mencionadas no inciso I, quando se tratar de suspensão superior a 30 (trinta) dias;





- III. Pelo chefe da repartição e outra autoridade, na forma dos respectivos regimentos ou regulamentos, nos casos de advertência ou de suspensão de até 30 (trinta) dias.
- IV. Pela autoridade que houver feito a nomeação, quando se tratar de destituição de cargo em comissão de não ocupante de cargo efetivo.

Art.167 – A ação disciplinar prescreverá:

- I. Em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;
- II. Em 2 (dois) anos, quanto à suspensão;
- III. Em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

§1º - O prazo de prescrição começa a decorrer da data em que o fato se tornou conhecido.

§2º - Os prazos de prescrição na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§3º - A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

§4º - Interrompido o curso da prescrição, esse recomeçará a correr pelo prazo restante, a partir do dia em que cessar a interrupção.

CAPÍTULO II

Do Processo Administrativo

Seção I

Disposições Gerais

Art.168 – A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata mediante sindicância ou o processo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

Art.169 – As denúncias sobre irregularidade serão objeto de apuração desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

Parágrafo único – Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada, por falta de objeto.

Art.170 – Da sindicância poderá resultar:





- I. Arquivamento do processo;
- II. Aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;
- III. Instauração de processo disciplinar.

Art.171 – Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias ou de demissão, extinção de aposentadoria ou disponibilidade, ou ainda destituição de cargo em comissão será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

Seção II

Do Afastamento Preventivo

Art.172 – Como medida cautelar a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá ordenar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo único – O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

Seção III

Do Processo Disciplinar

Subseção I

Disposições Gerais

Art.173 – O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar as responsabilidades do servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação mediata com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

Art.174 – O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de 3 (três) servidores estáveis designados pela autoridade competente que indicará, entre eles, o seu presidente.

§1º - A comissão terá como secretário, servidor designado pelo seu presidente, podendo a designação recair em um dos seus membros.

§2º - Não poderá particular de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.





Art.175 – A comissão de inquérito exercerá suas atividades com independência e imparcialidade assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Administração.

Art.176 – O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

- I. Instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão;
- II. Inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório;
- III. Julgamento.

Art.177 – O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida e sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

§1º - Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

§2º - As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Subseção II

Do Inquérito

Art.178 – O inquérito administrativo será contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art.179 – Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar, como peça informativa da instrução.

Parágrafo único – Na hipótese de a sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente de imediata instrução do processo disciplinar.

Art.180 – Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art.181 – É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo, pessoalmente ou por intermédio de procurado, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provar e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.





§1º - O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§2º - Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independe de conhecimento especial de perito.

Art.182 – As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexada aos autos.

Parágrafo único – Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandato será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com indicação do dia e da hora marcados para a inquirição.

Art. 183 – O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§1º - As testemunhas serão inquiridas separadamente;

§2º - Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á acareação entre os depoentes.

Art.184 – Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado, observados os procedimentos previstos nos artigos 182 e 183.

§1º - No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e, sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida acareação entre eles.

§2º - O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

Art.185 – Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.

Parágrafo único – O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.

Art.186 – Tipificada a infração disciplinar será formulada a indicação do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.





§1º - O indiciado será citado por mandato expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-lhe vista do processo na repartição.

§2º - Havendo 2 (dois) ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias.

§3º - O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro para diligências reputadas indispensáveis.

§4º - No caso de recusa do indiciado em opor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada em termo próprio pelo membro da comissão que fez a citação.

Art.187 – O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

Art.188 – Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado no órgão Oficial do Município e em jornal de grande circulação na localidade, para apresentar defesa.

Parágrafo único – Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 15 (quinze) dias a partir da última publicação do edital.

Art.189 – Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§1º - A revelia será declarada por termo nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

§2º - Para defender o indiciado revel a autoridade instauradora do processo designará um servidor como defensor dativo de cargo de nível igual ou superior ao do indiciado.

Art.190 – Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§1º - O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor,





§2º - Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 191 – O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

Subseção III

Do Julgamento

Art.192 – No prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§1º - Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo este será encaminhado à autoridade competente que decidirá em igual prazo.

§2º - Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição de pena mais grave.

§3º - Se a penalidade prevista for a de demissão ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade, o julgamento caberá às autoridades de que trata o inciso I do art.166.

Art.193 - O julgamento se baseará no relatório da comissão salvo quando contrário às provas dos autos.

Parágrafo único – Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.

Art.194 – Verificada a existência de vício insanável, a [autoridade] julgadora declarará a nulidade total ou parcial do [inelegível] e coordenará a constituição de outra comissão para instauração de novo processo.

§1º - O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

§2º - A autoridade julgadora que der causa à prescrição de que trata o art.166, §1º, será responsabilizada na forma desta Lei.

Art.195 – Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

Art.196 – Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração de ação penal, ficando um traslado na repartição.





Art.197 – O servidor que responde a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido ou aposentado voluntariamente após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, caso aplicada.

Parágrafo único – Ocorrida a exoneração de que trata o art.43, parágrafo único, inciso I, o ato será convertido em demissão, se for o caso.

Art.198 – Serão assegurados transportes e diárias:

- I. Ao servidor convocado para prestar depoimento fora da sede de sua repartição, na condição de testemunha, denunciado ou indiciado;
- II. Aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial para esclarecimento dos fatos.

Subseção IV

Da revisão do Processo

Art.199 – O processo disciplinar poderá ser previsto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificarem a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§1º - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§2º - No caso de incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

[inelegível] – No processo revisional, o ônus da prova cabe ao [inelegível]

Art.201 – A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos ainda não apreciados no processo originário.

Art.202 – O requerimento de revisão de processo será dirigido ao Ministério Público ou autoridade equivalente, que, se autorizá-la, encaminhará o processo disciplinar.

Parágrafo único – Recebida a petição, o dirigente do órgão ou entidade providenciará a constituição de comissão, na forma prevista do art.174, desta Lei.

Art.203 – A revisão ocorrerá em apenso ao processo originário.

Parágrafo único – Na petição inicial, requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.





Art.204 – A comissão revisora terá até 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, prorrogáveis por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art.205 – Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

Art.206 – O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único – O prazo para julgamento será de até 60 (sessenta) dias, contado do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

Art.207 – Julgada procedente à revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do servidor, exceto em relação à destituição de cargo em comissão, que será convertida em exoneração.

Parágrafo único – Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

TÍTULO IV

DA SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art.208 – Fica instituído o Sistema de seguridade social, aos [servidores] municipais e seus dependentes, cuja gestão, planos de [saúde] e de benefícios serão definidos em lei específica.

Art.209 – O sistema de Seguridade Social será custeado com o produto da arrecadação das condições compulsórias dos servidores e do município, cujo conjunto de benefícios, serviços e ações atendam às seguintes finalidades:

- I. Garantir meios de subsistência nos eventos de incapacidade, velhice, tempo de serviço e falecimento;
- II. Assistência social;
- III. Assistência à saúde.

Parágrafo único – Os benefícios e serviços serão concedidos nas condições estabelecidas nesta Lei e em legislação específica.

Art.210 – Os benefícios e serviços da Seguridade Social do Servidor Municipal consistem:





I. Quanto ao servidor:

- a) Aposentadoria por invalidez;
- b) Aposentadoria por idade, voluntária ou compulsória;
- c) Aposentadoria por tempo de serviço;
- d) Aposentadoria especial;
- e) Auxílio doença;
- f) Salário família;
- g) Salário maternidade;
- h) Auxílio acidente;
- i) Abono de permanência em serviço;
- j) Assistência social;
- k) Assistência à saúde.

II. Quanto aos dependentes:

- a) Pensão por morte;
- b) Auxílio reclusão;
- c) assistência à saúde.

III. Quanto aos assegurados e dependentes:

- a) Pecúlios

CAPÍTULO II

Dos Benefícios

Seção I

Da Aposentadoria

[Art.211 – O servidor público será aposentado:]

- I. Por invalidez permanente, com proventos integrais, quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei, e proporcionais no demais casos;
- II. Compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;
- III. Voluntariamente;
 - a) Aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, e aos 30 (trinta) anos, se mulher, com proventos integrais;



- b) Aos 30 (trinta) anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e aos 25 (vinte e cinco), se professora, com proventos integrais;
- c) Aos 30 (trinta) anos de serviço, se homem, e aos 25 (vinte e cinco), se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;
- d) Aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e aos 60 (sessenta), se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§1º - As exceções ao disposto no inciso III, alíneas “a” e “c”, no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas, serão estabelecidas em lei complementar federal.

§2º - Para a concessão de aposentadoria prevista no inciso III, alíneas “a”, “b”, “c” e “d” é obrigatório a comprovação de no mínimo 15 anos de efetivo exercício de função, na forma deste estatuto, cujo benefício será extensivo aos investidos em cargos comissionados não ocupantes de cargo efetivo, se contribuintes.

§3º - É assegurado ao servidor, para efeito de cálculo da aposentadoria, a remuneração integral, relativa à função gratificada ou cargo em comissão, exercido pelo período de 10 (dez) anos, ininterruptos ou não.

Seção II

Da Pensão

Art.212 – Pela morte do servidor os dependentes fazem jus a uma pensão mensal, na forma e valor a ser definida em legislação específica.

CAPÍTULO III

DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art.213 – A assistência social ao servidor e seus dependentes será realizada por meio de ações que proporcionam maior eficácia [na] prestação dos benefícios e serviços oferecidos pelo sistema, garantindo aos servidores e seus dependentes a equidade e o acesso necessário aos benefícios e serviços da Seguridade Social.

CAPÍTULO IV

DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Art.214 – A assistência à saúde do servidor ativo ou inativo e de seus dependentes compreende assistência médica hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica prestada pelo Sistema Único de Saúde.





Art.215 – O gestor de sistema de Seguridade Social, poderá instituir outras modalidades de atendimento e assistência à saúde, através de planos complementares, próprios ou conveniados na forma da legislação específica.

TÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art.216 – Consideram-se dependentes do servidor, além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que o sejam legalmente declarados, que vivam às suas expensas e constem de seu assentamento individual.

Art.217 – Os instrumentos de procuração utilizados para recebimento de direitos ou vantagens de servidores municipais terão validade de 12 (doze) meses, devendo ser renovados após findo esse prazo.

Art.218 – Para todos os efeitos previstos nesta Lei e em leis do Município, os exames de sanidade física e mental serão obrigatoriamente realizados por médico da Prefeitura ou, na sua falta, por médico credenciado pelo Município.

§1º - Em casos especiais, atendendo a natureza da enfermidade, a autoridade municipal poderá designar junta médica para proceder ao exame, dela fazendo parte, obrigatoriamente, o médico do Município ou o médico credenciado pela autoridade municipal.

§2º - Os atestados médicos concedidos aos servidores municipais, quando em tratamento fora do Município, terão sua validade condicionada à ratificação posterior pelo médico do município.

Art.219 – Contar-se-ão por dias corridos os prazos previstos nesta Lei.

Parágrafo único – Não se computará no prazo o dia inicial, prorrogando-se para o primeiro dia útil o vencimento que incidir em sábado, domingo ou feriado.

Art.220 – É vedado ao servidor servir sob a chefia imediata de cônjuge ou parente até o 2º (segundo) grau, salvo em cargo de livre escolha, não podendo exceder de 2 (dois) o seu número.





Art.221 – São isentos de taxas, emolumentos ou custas os requerimentos, certidões e outros papéis que, na esfera administrativa, interessarem ao servidor municipal, ativo ou inativo, nessa qualidade.

Art.222 – É vedado exigir atestado de ideologia como condição de posse ou exercício em cargo público.

Art.223 – A presente Lei aplicar-se-á aos servidores da Câmara Municipal, cabendo ao Presidente desta as atribuições reservadas ao Prefeito Municipal, quando for o caso.

Art.224 – Poderão ser admitidos, para cargos adequados, servidores de capacidade física reduzida, aplicando-se processos especiais de seleção.

Art.225 – O dia 28 (vinte e oito) de outubro será consagrado ao servidor público municipal.

Art.226 – A jornada de trabalho nas repartições municipais será fixada por decreto do Prefeito Municipal.

Art.227 – O prefeito Municipal baixará, por decreto, os regulamentos necessários à execução da presente Lei.

CAPÍTULO II

Disposições Transitórias

Art.228 – Ficam submetidos ao regime previsto nesta Lei os servidores estuários da Administração direta, das autarquias e das fundações públicas municipais.

Art.229 – Os atuais servidores, cujas relações de trabalho são regidas pelo Decreto Nº5452 de 1º de maio de 1.943 (C.L.T) serão considerados a partir da vigência desta lei, submissos ao [inelegível] do presente estatuto.

Art. 230 – A procuradoria do Município do recorrerá até a última instância judicial em processo cuja decisão tenha sido contrária ao interesse do município, inclusive quando decorrente da instituição do regime instituído por esta Lei, ressalvada a hipótese de acordo expressamente autorizado pelo Prefeito Municipal no interesse exclusivo da administração.

Art.231 – A lei municipal estabelecerá critério para a compatibilização de seus quadros de pessoal ao disposto nessa Lei e a reforma administrativa dela decorrente.

Art.232 – A lei municipal fixará as diretrizes dos planos de carreira para a administração direta, as autarquias e as fundações municipais, de acordo com suas peculiaridades.





Art.233 – A lei que define o Gestor de Sistema de Seguridade Social, seus planos de custeio e de benefícios, se necessário, deverá ser adaptada, por proposta do executivo, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias à vigência desta lei.

Art.234 – O município recolherá em conta bancária especial da PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR, mensalmente as contribuições previdenciárias retidas dos servidores, suas próprias contribuições e outras.

Parágrafo único – A contribuição do Município será de 8% (oito por cento) e dos servidores de 8% (oito por cento), incidentes sobre os vencimentos brutos da folha de pagamento.

Art.235 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e, em especial, a lei Nº154/75.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR,
EM 29 DE OUTUBRO DE 1993.**

Registre-se e Publique-se, na data supra.

Secretaria Municipal.


JOÃO BATISTA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL.